

HIDRELÉTRICAS: UM CAMINHO SEGURO PARA O DESENVOLVIMENTO, OU UMA FORMA PLENA DE DESTRUIÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL?

Fernando Machado de Oliveira – Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
fernandim2005@ig.com.br

O presente trabalho foi elaborado a partir das inúmeras discussões existentes na atualidade, sobretudo nesta última década, no tocante à questão da política energética nacional. Para tal, fez-se à abordagem desde os grandes investimentos ocorridos a partir do início dos anos 60, década na qual, em que o governo brasileiro viu-se fortemente obrigado a adotar medidas rápidas e concretas para suprir a necessidade imediata de fornecimento de energia, principalmente para as indústrias, que transcorriam num período de vigor e de forte crescimento da produção. Houve então, um enorme direcionamento de recursos públicos para a fonte energética proveniente das águas, a hidroeletricidade, na qual, era predominantemente destacada e vista como uma “fonte energética limpa, pura e renovável”. Portanto, deu-se posteriormente, a construção de várias hidrelétricas, principalmente no centro-sul do país, sendo que essa expansão energética ficou instituída pela criação da ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), com o objetivo de executar a política nacional de energia elétrica, e também, de suas subsidiárias em cada unidade da federação. Tal modelo energético tem gerado graves problemas sociais, ambientais e econômicos, já que elimina a fauna e a flora ao destruir os ecossistemas, ignora culturas de camponeses e indígenas, há a submersão de terras férteis utilizáveis pela agricultura, fortes alterações climáticas, dentre vários outros problemas. Tanta problemática tem preocupado constantemente especialistas, principalmente no que tange a estar havendo um verdadeiro “festival” de concessões para a inserção de novos complexos hidroelétricos espalhados por todo o território nacional, ao passo que o governo brasileiro não mede esforços para implantá-los de forma vigorosa. Contudo, desde o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), o estado brasileiro vem promovendo privatizações deste setor, e, releva-se, o fato da participação maciça do capital privado, sobretudo do capital estrangeiro. O objetivo deste trabalho visa apontar, na sua totalidade, se esse tipo de matriz energética é favorável ao meio ambiente, e respectivamente, ao homem, ou seria possível adotar novas fontes energéticas alternativas já desenvolvidas e que comprovadamente poluam menos e que não destruam o meio sócio-ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ORTIZ, L. S. **Fontes Alternativas de Energia e Eficiência Energética**. S. I.: Coalizão Rios Vivos, 2002.
- FERNANDES, B. M. **Movimento Social Como Categoria Geográfica**. Terra Livre, SP, nº15, 2002.